



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
XLIV COSAC

(Bruxelas, 24 a 26 de Outubro de 2010)

Membros da Delegação: Deputados Alberto Costa (PS), Sérgio Sousa Pinto (PS), José de Bianchi (PS), Pedro Duarte (PSD), Vânia Jesus (PSD) e Cecília Honório (BE).

A Delegação foi acompanhada pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Maria Teresa Paulo.

A XLIV COSAC debateu os seguintes temas:

Sessão de Abertura e adopção da agenda da XLIV COSAC

O Presidente da delegação do Senado belga à Comissão federal responsável pelas questões europeias, Senador Philippe Mahoux, deu as boas-vindas aos participantes e inaugurou os trabalhos, apresentado a agenda da XLIV COSAC, que mereceu a aprovação das delegações presentes. Deu nota da proposta debatida na reunião da troika no sentido do Secretário-Geral da Assembleia Parlamentar da UEO se dirigir à COSAC durante o debate sobre a política europeia de segurança e defesa, o que reuniu o consenso dos presentes.

O Senhor Deputado da Câmara dos Representantes belga, Herman De Croo, membro da Comissão federal responsável pelas questões europeias também dirigiu umas palavras de acolhimento aos participantes da COSAC de Bruxelas, recordando as doze presidências da UE organizadas pela Bélgica e o facto do Tratado de Lisboa ter conhecido a sua génese no livro branco sobre a governação, apresentado pela Comissão Europeia em 2001 e na Declaração de Laeken, do mesmo ano, na sequência de uma reunião realizada durante a última presidência belga.

Ponto 1 – Apresentação do 14.º Relatório Bianual da COSAC

Desenvolvimento sustentável e a Estratégia UE2020



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

No primeiro ponto da agenda foram debatidos os resultados das respostas das várias Câmaras parlamentares ao primeiro capítulo do referido Relatório, dedicado ao tema do Desenvolvimento Sustentável na Estratégia 2020.

Para introduzir o tema, o Prof. Bernard Mazijn, da Universidade de Ghent, salientou as medidas (legislativas e outras) que a UE e os vários Estados-Membros têm adoptado para concorrer para um desenvolvimento sustentável, nomeadamente, desenvolvendo estudos de avaliação de impacto da legislação que tencionam produzir e recordou os objectivos fixados para garantir que o crescimento económico preconizado até 2020 se realize de forma sustentável.

No debate subsequente intervieram as delegações italiana, polaca, lituana, cipriota, húngara, eslovena, espanhola, grega, alemã, do PE, búlgara, holandesa, finlandesa, eslovaca, britânica, francesa, turca, portuguesa, austríaca e checa, tendo sido focada a necessidade das estratégias de desenvolvimento sustentável continuarem a ser ambiciosas mas realistas e com elevados níveis de aplicação; o atraso de alguns Parlamentos na adopção de medidas que implementem os objectivos decorrentes da estratégia de desenvolvimento sustentável para 2020; a importância da manutenção das políticas de coesão; o necessário equilíbrio entre a existência de objectivos fixados a curto prazo no sentido de se ultrapassar a crise económica actual, e a permanência de objectivos de longo prazo como o investimento na investigação, nas energias renováveis, etc.; a necessidade de se trabalhar com vista à redução das desigualdades, ou já, procurando assegurar também uma sustentabilidade social; o caso da catástrofe ambiental na Hungria, que ilustrou a necessidade de uma revisão legislativa na UE, que talvez deva evoluir mais rapidamente para a aplicação do paradigma poluidor-pagador; tornar os cidadãos conscientes das decisões que tomam cada vez que consomem algum produto; a importância da biodiversidade (solos, florestas, mar, etc.), que deve ser reconhecida como um activo importante na economia europeia; a estreita relação entre o sucesso da Estratégia 2020 e a necessidade de garantir umas boas perspectivas financeiras para a UE; a necessidade de se definirem prioridades, considerando a escassez de recursos e o aumento da poluição, como, por exemplo, a luta contra a pobreza, a protecção da biodiversidade, as questões ligadas aos transportes e a ideia de se desenvolver um imposto sobre as transacções financeiras; a importância de se identificarem os erros da Estratégia de Lisboa e, assim, evitar fazer o mesmo com esta nova Estratégia; o desenvolvimento de relações de solidariedade em matéria ambiental no contexto da UE; foi ainda questionada a eficácia dos instrumentos existentes para a prossecução dos objectivos propostos; a defesa da sustentabilidade ambiental e social e a necessidade de criação de emprego; o objectivo dos Estados-Membros conseguirem desenvolver economias neutras em termos climáticos, sobretudo, no que diz respeito à utilização massiva de combustíveis limpos; a necessidade do desenvolvimento sustentável ser entendido como uma verdadeira política europeia e a articulação entre isso e as obrigações decorrentes do cumprimento do pacto de estabilidade e crescimento pelos Estados-Membros;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

a necessidade da estratégia fixar objectivos realistas e viáveis; a importância do envolvimento dos Parlamentos nacionais no controlo político da prossecução dos objectivos desta estratégia pelos respectivos governos e na adopção das prioridades com vista à aplicação desta estratégia, antes de mais, através da discussão e da aprovação dos respectivos orçamentos de Estado; a necessidade de se imporem sanções aos Estados-Membros que não cumpram os objectivos da Estratégia; a criação de emprego como a melhor forma de lutar contra a pobreza; uma economia baseada em energias renováveis, num contexto de mercado interno da energia e de eficiência energética, como a fórmula mais fácil de se garantir um desenvolvimento sustentável; o falhanço da conferência de Copenhaga e as suas consequências na preparação e nas expectativas criadas em torno da Conferência de Cancun; a necessidade de se definir melhor os esforços nacionais na área do desenvolvimento sustentável, expressos, de forma esclarecedora, através dos orçamentos nacionais, com definição de objectivos prioritários, claros e realistas e de aplicação efectiva; a avaliação do impacto da sustentabilidade; a defesa de uma reforma da PAC no sentido sustentável; e, por fim, um apelo a que, seguindo o princípio da subsidiariedade, as regiões fossem mais envolvidas neste esforço de garantir um desenvolvimento sustentável.

O Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) focou a eficácia da Estratégia 2020 para o desenvolvimento sustentável. Recordou que se deveriam ter presentes os resultados e as metas não atingidas pela Estratégia de Lisboa, salientando os riscos que significaria para a credibilidade do projecto europeu se a UE não viesse a atingir os objectivos desta Estratégia. Considerou que o contexto actual de crise económico-financeira representava novos e importantes desafios, dando nota de duas potenciais fragilidades da Estratégia: a ausência de um pacote financeiro europeu associado à Estratégia e uma potencial crescente pressão por parte de outros actores globais, que não assumindo objectivos paralelos, podem causar dificuldades no domínio da concorrência e, conseqüentemente, da opinião pública em cada um dos nossos Estados.

O Futuro papel da COSAC na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa

O Senhor Deputado Herman De Croo inaugurou o debate respeitante ao tema, também tratado no 14.º Relatório Bianual, sobre o futuro papel da COSAC na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, referindo, por um lado, a necessidade de se conservarem as tradicionais actividades da COSAC, como, por exemplo, os testes de subsidiariedade e de proporcionalidade (sobre os quais diagnosticou a existência de divisões entre os membros da COSAC no sentido de saber se estes testes se deveriam continuar a realizar no contexto da COSAC ou individualmente por cada parlamento), as trocas de informação e de partilha de experiências sobre as suas actividades e, por outro lado, a necessidade de se uma maior



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

filtragem dos temas para debate. Salientou também o desafio que representará para a COSAC a questão da implementação das novas responsabilidades atribuídas aos Parlamentos no que diz respeito ao controlo político das actividades da Europol e da avaliação das actividades da Eurojust, cujas propostas da Comissão Europeia nesta matéria se prevê serem anunciadas entre 2012 e 2013. Ainda em relação ao anteriormente exposto, colocou a questão da necessária articulação entre as comissões especializadas permanentes em razão da matéria e a COSAC (optando-se por uma modalidade que passaria a integrar representações dessas comissões na COSAC ou organizando reuniões separadamente, em razão da matéria). Por fim, revisitou a proposta de se dedicar uma semana europeia por ano ao debate dos assuntos europeus nos vários Parlamentos, ideia que não reuniu o apoio das delegações.

O debate sobre este tema foi realizado com a participação das delegações italiana, do PE, finlandês, cipriota, lituana, espanhola, dinamarquesa, holandesa, polaca, finlandesa, sueca, grega, portuguesa, britânica, checa, irlandesa e austríaca que se pronunciaram, na sua maioria, a favor da continuação dos testes de subsidiariedade no contexto da COSAC; na necessidade da COSAC debater outros temas de interesse, como a qualidade da legislação, a transposição da legislação europeia a nível nacional; o acordo inter-institucional entre a CE e o PE, que pode vir a alterar o equilíbrio inter-institucional ao nível da UE, propondo-se que a COSAC e os Parlamentos nacionais monitorizassem a execução deste acordo (delegações finlandesa, sueca e checa); a importância da troca de informação que decorre no seio da COSAC entre os Parlamentos nacionais e entre estes e o PE, assim como o contributo que envia, semestralmente, às instituições europeias; o debate conjunto que pode realizar sobre o programa de trabalho da CE, antes de ser adoptado, assim como o debate de iniciativas legislativas concretas como, por exemplo, teria sido útil um debate sobre as várias posições publicadas por muitas várias Câmaras parlamentares sobre a proposta de directiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal (COM (2010) 379); a eventual participação das comissões especializadas nos debates da COSAC, em razão da matéria; a necessidade de estreitar e fortalecer a relação entre os cidadãos e a Europa, nomeadamente através dos parlamentares nacionais; a ideia de que o controlo da subsidiariedade não era o único papel a ser desempenhado pela COSAC, no sentido em que os debates ocorridos nesta sede deveriam incluir também temas de actualidade importantes, por forma a se procurar fazer a relação com os debates tidos ao nível nacional, reforçando a adesão das populações aos temas europeus; a ideia de que a COSAC deveria ser mais útil e mais eficaz, tomando mais iniciativas e aproveitando para desenvolver uma maior articulação entre os Parlamentos nacionais e o PE e que os parlamentares reunidos na COSAC pudessem debater os assuntos europeus politicamente mais prementes e com maior reflexo na vida dos cidadãos; a convicção de que o papel dos Parlamentos nacionais e do PE são ambos importantes para a democracia europeia e que cada instituição deveria cumprir as suas próprias competências.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Neste debate também participou o Senhor Deputado Alberto Costa (PS) que salientou o escrutínio desenvolvido pelos Parlamentos nacionais em relação à observância, pelas instituições europeias, do princípio de subsidiariedade aquando da apresentação das suas iniciativas, assim como o acompanhamento parlamentar do processo visando a adopção do chamado “semestre europeu” e, eventualmente, agravamento dos mecanismos sancionatórios. Recordou que a subsidiariedade nascera de um compromisso decorrente da constatação de que o controlo das competências exercidas no plano europeu não fora cumprido com eficácia pelo Tribunal de Justiça. Considerou que o controlo da observância do princípio da subsidiariedade se tinha revelado interessante no recente processo de produção legislativa ao nível europeu, mas apelou a que, cada vez mais, os Parlamentos nacionais se concentrassem na substância das propostas legislativas, e menos na repartição das competências, por forma a que os Parlamentos nacionais se tornem politicamente mais relevantes e, conseqüentemente, audíveis. Sobre a questão relacionada com o “semestre europeu” e os orçamentos nacionais, considerou que a intervenção dos Parlamentos nacionais não podia limitar-se a cancelar as decisões já tomadas ao nível europeu, sobretudo, sobre matérias da sua competência nuclear – como é o orçamento – pelo que apelou a que se procurasse salvaguardar o valor democrático do envolvimento substantivo dos parlamentares nestas questões.

O Senhor Deputado da Câmara dos Representantes belga, Herman De Croo, salientou os eixos de reflexão expressos ao longo do debate, recordando o facto dos Parlamentos nacionais estarem mais próximos dos seus eleitores, o carácter democrático do PE e defendendo o desenvolvimento da articulação entre Parlamentos nacionais e PE, designadamente nas questões que levarem dúvidas em relação ao cumprimento do princípio da subsidiariedade pela Comissão ou pelo Conselho. Por fim, considerou que era importante para os Parlamentos trabalhar na resposta às duas seguintes questões: “como saber fazer” o escrutínio parlamentar da legislação europeia e “como fazer saber” à opinião pública o resultado desse trabalho e, inclusivamente, das reuniões da COSAC.

Ponto 2 – Estado da arte da Presidência belga da UE

O Senhor Primeiro-Ministro belga, Yves Leterme, Presidente em exercício do Conselho da UE, fez o balanço da presidência belga, focando nomeadamente os acordos concluídos, na área financeira, energia e combate às alterações climáticas, etc.; o processo de alargamento, as directivas negociadas, a importância da Estratégia 2020; anunciou o lançamento, na próxima semana, dos programas de reformas nacionais (PNR); destacou a importância do dossier da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

patente europeia, em negociação desde há trinta anos, e salientando que, para a credibilidade da política industrial europeia, era importante reunir esforços no sentido de conseguir fechar esta questão; a aplicação das conclusões do Grupo de Missão sobre a governação económica, criado pelo Presidente do Conselho Europeu; a criação de um sistema de alerta precoce que detecte os riscos financeiros e económicos e as possíveis sanções para os prevaricadores; o reforço do PEC; o advento do semestre europeu, com aplicação a partir de 2011, entre outros.

No debate participaram as delegações húngara, croata, eslovena, cipriota, polaca, do PE, grega, alemã, britânica, irlandesa, holandesa, búlgara, eslovena e austríaca, que sublinharam o papel da Bélgica no avanço do processo de alargamento com a Croácia, a Turquia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a Sérvia e a Islândia; questionaram a presidência no sentido do seu contributo para tornar as instituições europeias mais eficientes; focaram temas como o livro verde das pensões; a preparação da cimeira de Cancun; o pacote legislativo sobre a governação económica; a necessidade do avanço de uma política europeia integrada em matéria de asilo e de imigração; a implementação do serviço europeu de acção externa; as questões ligadas aos fundos de investimentos e aos mercados financeiros; a cooperação da Sérvia com o Tribunal que trata de crimes de guerra na Sérvia; a necessidade de se manter o investimento na investigação, na formação profissional e nas medidas de criação de emprego; o cumprimento do PEC; os meios orçamentais da UE; a aposta na criação de empregos verdes; a realização da cimeira UE-África; etc.

Em resposta, o Senhor Primeiro-Ministro belga, Presidente do Conselho da UE, realçou a boa cooperação com os responsáveis políticos da próxima Presidência húngara, que projectam empenhar-se, com especial interesse, no desenvolvimento da política energética da UE, na adesão da Croácia à EU e na Estratégia para o Danúbio; informou dos avanços quanto ao processo de adesão da Croácia, que em breve será o 28.º Estado-Membro da UE; assim como os dossiers em negociação com a Turquia; o final das negociações quanto aos vistos para a Bósnia-Herzegovina; no respeitante à Sérvia, referiu da vontade da Sérvia em aderir à União, sublinhou a necessidade de se respeitar o acordo de Haia e que a Sérvia dê garantias máximas de cooperação com a Justiça na entrega de suspeitos de crimes contra a humanidade; sobre a questão do clima e da energia, constatou a existência de Estados-Membros que compreendiam bem a dimensão económica da questão ambiental, da necessidade de investimento em energias renováveis e na investigação e desenvolvimento para cumprir as metas do desenvolvimento sustentável, afirmando que a economia verde deveria ser vista de forma positiva e não defensiva; referiu a proposta de diminuição das emissões de carbono de 20% para 30%, mediante a contribuição efectiva por parte dos outros blocos económicos; no contexto da estratégia *fast start*, informou que a UE já se comprometera com um contributo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

de 7,2 mil milhões de euros; pronunciou-se sobre a proposta de introdução de uma taxa sobre as transacções financeiras, referindo que a Bélgica estava a proceder a um estudo sobre a matéria; referiu-se também à situação da política interna na Bélgica; salientou ainda o carácter preventivo da questão do “semestre europeu”, destacando a necessidade de um sistema de vigilância relativamente aos indicadores de alguns países e ao desrespeito dos critérios acordados, afirmando que o debate sobre sanções mais pesadas será uma realidade; fez a apologia da coexistência de um sistema de economia de mercado com a manutenção do modelo social europeu; e, por fim, afirmou que tencionava envidar todos os esforços no sentido de chegar a acordo sobre a patente europeia, identificando a questão linguística (nomeadamente com a oposição de Espanha) como o principal óbice ao acordo final.

Ponto 1 – Apresentação do 14.º Relatório Bianual da COSAC

Controlo parlamentar da Política Europeia de Segurança e Defesa

Voltando ao ponto 1 da Agenda, e sobre o capítulo dedicado ao controlo parlamentar da política europeia de segurança e defesa, o Professor Jan Wouters, da Universidade Católica de Leuven, procedeu à apresentação do tema para lançar o debate entre as delegações dos vários Parlamentos à COSAC. Sublinhou a iminência do fim da Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO) e as repercussões directas que esse facto terá no tema em apreço. Recordou que o Tratado de Lisboa atribuiu competências à UE para definir uma política europeia de segurança e de defesa, prevendo que “a política comum de segurança e defesa faz parte integrante da política externa e de segurança comum”, garantindo à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, com a participação dos Estados-Membros, que os poderá empregar em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional. Para tal, a UE terá de se articular com as competências dos Estados-Membros nesta matéria; referiu ainda que o Tratado passou a prever uma cláusula de assistência mútua e de solidariedade entre os Estados-Membros e a constituição da Agência Europeia de Defesa; a possibilidade do Conselho poder confiar a realização de uma missão, no âmbito da União, a um grupo de Estados-Membros, a fim de preservar os valores da União e servir os seus interesses, assim como a possibilidade dos Estados-Membros com capacidades militares que preencham critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes, poderem estabelecer uma cooperação estruturada permanente no âmbito da União; mostrou-se interessado em ver como tudo isto viria a ser operacionalizado; identificou um paradoxo no Tratado quando releva os princípios democráticos em que a União assenta, nomeadamente no que diz respeito ao controlo parlamentar do seu funcionamento, sem, no entanto, prever qualquer acompanhamento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

parlamentar específico desta política; referiu que a única referência a este nível se prendia com o dever do Conselho de consultar o PE na sequência da apresentação da proposta da Alta Representante sobre a organização e o funcionamento do Serviço Europeu de Acção Externa e que esta deveria consultar regularmente o PE sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da política externa e de segurança comum e da política comum de segurança e defesa, e informá-lo sobre a evolução destas políticas. Segundo o Tratado, o PE pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho e ao Alto Representante e procederá duas vezes por ano a um debate sobre os progressos realizados na execução da política externa e de segurança comum, incluindo a política comum de segurança e defesa. Para além disso, o PE é consultado ao longo do processo de acesso às dotações do orçamento da União destinadas ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da política externa e de segurança comum. Ressalvou o reforço do papel dos Parlamentos nacionais e da cooperação interparlamentar, nomeadamente no que respeita à possibilidade de enviarem pareceres sobre questões do seu interesse, distinguindo os art.º 9.º e 10.º do Protocolo n.º 1, com especial destaque para o art.º 10.º “uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode (...) organizar conferências interparlamentares sobre assuntos específicos, designadamente em matéria de política externa e de segurança comum, incluindo a política comum de segurança e defesa. Os contributos da conferência não vinculam os Parlamentos nacionais nem condicionam as respectivas posições”. Por fim, salientou o interesse das respostas dadas pelas várias Câmaras parlamentares ao questionário que desencadeou o Relatório Bianual, constatando que a maioria dos Parlamentos nacionais respondeu afirmativa e entusiasticamente à necessidade de uma maior cooperação interparlamentar nestas matérias, mas que, pelo contrário, não verificou consenso quanto à forma de realizar estes debates: COSAC, COFACC, CODAC, COFACC-CODAC, ou noutra formação especificamente criada para o efeito (para preencher a lacuna da extinção da Assembleia Parlamentar da UEO), considerando que, nesta questão, não havia ainda maturação suficiente para se tomar em decisões.

O Senhor Secretário-Geral da UEO, Walter Robert, constatou que se reconhece o trabalho feito pela Assembleia Parlamentar da UEO (APUEO) ao longo dos anos, enunciou a experiência da APUEO e a importância das suas relações com as instituições europeias, sobretudo com o Conselho. Constatou não haver consenso na solução que permita assegurar o debate e o acompanhamento parlamentar das questões referentes à política europeia de segurança e defesa, identificando, contudo, dois modelos que reúnem maior consenso: o modelo da COSAC (um modelo passivo) e o modelo COFACC/CODAC (um modelo mais activo). Posto isto, considerou que o acompanhamento das referidas matérias requeria um modelo mais activo, que pudesse garantir um debate especializado, nomeadamente sobre a Agência Europeia de Defesa e eventuais operações militares, etc. Nessa sequência, propôs a criação de um Grupo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

de Trabalho convocado pela Presidência Belga da UE sobre este assunto, para posterior tomada de decisão.

Durante o debate subsequente, intervieram as delegações lituana, polaca, do PE, grego, finlandesa, holandesa, dinamarquesa, britânica, italiana, espanhola, italiana, britânica, belga, grega, alemã, búlgara, turca, finlandesa, portuguesa, entre outras, que se pronunciaram em defesa de várias soluções: umas preconizaram a solução COSAC, outras consideraram que este tipo de debate deveria ocorrer num fórum mais especializado, na COFACC e/ou a CODAC, outras consideraram que se deveria criar uma nova Conferência para o efeito e, por fim, outras delegações expressaram-se contra a criação de novas conferências. Foi também referido o direito de controlo parlamentar destas matérias por parte do PE (do Serviço Europeu de Acção Externa, dos meios orçamentais, militares, etc.), tendo sido recordada a necessidade da realização de um acordo entre o PE e cada um dos Parlamentos nacionais, uma vez que os Parlamentos nacionais não dispunham de competências colectivas, mas antes de competências que cada Parlamento tem para, na relação com o seu respectivo governo, participar na formação das posições nacionais e/ou de fiscalizar a sua acção política nestas matérias. Outras delegações salientaram a necessidade dos Parlamentos nacionais assumirem a liderança deste acompanhamento parlamentar, com a participação do PE; foram consideradas necessárias, por umas delegações, duas reuniões por ano, em Bruxelas, para o acompanhamento e o debate destas matérias e, por outras delegações, uma reunião por ano.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS) expressou-se favoravelmente à existência de um debate parlamentar entre os Parlamentos nacionais e o PE para efeitos de escrutínio democrático das questões de segurança e defesa europeias, a ser convocado semestralmente. Recordou que nos trabalhos da Convenção esta questão foi extensamente debatida e que o texto do Tratado de Lisboa consagrava a união da política externa com a política de segurança, prevendo inclusivamente um Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, mas que, no entanto, de todos os Conselhos de Ministros, o que se ocupa destas matérias foi o único que deixou de ser presidido por um Ministro do Estado-Membro que assume a Presidência do Conselho da UE, sendo, na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o único que é presidido por alguém que não é responsável perante um Parlamento. Assim, considerou que a convocatória de uma reunião interparlamentar para efeitos de debate dessas políticas constituiria não só um relevante exercício democrático, como um contributo para o reequilíbrio institucional que só pode acontecer com um acréscimo da participação dos Parlamentos nacionais e do PE, que compensa aquela característica única.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O Professor Jan Wouters, da Universidade Católica de Leuven, apresentou as conclusões, na sequência das ideias expostas durante o debate: todos concordam na necessidade de escrutínio parlamentar, mas não no nível nem na intensidade desse escrutínio; que deve haver complementaridade entre o trabalho dos PN e do PE e que o escrutínio deve ser assegurado pelos parlamentares especialistas nos temas de segurança e defesa. A maioria das delegações considerou que não se deverá criar uma estrutura nova; a delegação da Lituânia propôs que se organizasse uma reunião “COFADAC”, ou seja, com a presença de membros quer da COFACC, quer da CODAC); que deve ser assegurada a eficiência orçamental e que se devem evitar duplicações de estruturas/debates; e que o debate nesta área deveria ser aberto a países terceiros.

Debate do contributo e das conclusões da XLIV COSAC pelos Chefes das delegações

Deu-se, por fim, início ao debate das propostas de contributo e de conclusões apresentadas pela Presidência belga, na reunião apenas reservada aos presidentes das CAE/Chefes das delegações à COSAC.

Registe-se que foram apresentadas 28 propostas de alteração à proposta de contributo da COSAC às instituições europeias apresentada pela presidência belga e 12 propostas de alteração à proposta de conclusões da COSAC, que fomentaram um longo e intenso debate.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS), que representou a delegação da CAE/AR nesta reunião, acompanhou e participou na votação das várias propostas de alteração que resultaram nos textos finais que junto se anexam (Anexos 3 e 4).

Ponto 3 – Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso

No dia 26 de Outubro, os trabalhos foram inaugurados pelo Presidente do Senado Belga, Danny Pieters, que apresentou e passou a palavra ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O Presidente da Comissão Europeia (CE)¹ recordou o facto de a Europa ter enfrentado vários desafios nos últimos tempos, designadamente a crise económico-financeira, o desafio demográfico, as alterações climáticas e, internamente, a necessidade das instituições europeias implementarem o Tratado de Lisboa e de se concentrarem nos resultados do seu trabalho, com relevância para a vida dos cidadãos e no desenvolvimento da democracia e das parcerias inter-institucionais. Isto é, segundo os resultados dos debates tidos durante e na sequência dos referenda ao Tratado Constitucional e das eleições para o PE, os cidadãos expressaram o que esperavam da UE. Neste âmbito, o objectivo de consultar cada vez mais os parlamentares nacionais e os povos que representam, revelou-se numa prioridade institucional, consubstanciada pelo diálogo político que a CE encetou com os Parlamentos nacionais, em 2006. Considerou que a Europa não existia só em Bruxelas, nem só nos livros e nem só nos Tratados, mas que constituía uma realidade em cada Estado-Membro, em cada rua, em cada cidadão e, na verdade, a CE precisa do apoio dos Parlamentos e da confiança que demonstrem ter na Europa. Registou o facto deste mecanismo de diálogo político se ter transformado numa prática quotidiana na grande maioria das Câmaras parlamentares e de constituir um elemento integrante do sistema europeu de governação. Neste contexto, fez a apologia do aprofundamento das relações com os Parlamentos nacionais, referindo que os assuntos europeus deveriam merecer a atenção do trabalho dos parlamentares por, na verdade, serem assuntos internos. Referiu que o conteúdo do Programa de Trabalho da CE para 2011, publicado no dia 27 de Outubro, seguiu os novos procedimentos previstos no Acordo-Quadro interinstitucional (da CE e do PE). Na sequência do discurso sobre o Estado da União, em Setembro, perante o PE, e da carta que dirigiu ao Presidente Buzek (PE), foram realizadas uma série de reuniões preparatórias, pelo que, explicou, o mencionado Programa resultou num esforço de convergência com as prioridades estabelecidas pelo PE. Registou o facto de a COSAC ter demonstrado interesse em debater o mencionado Programa e assinalou o facto de alguns Comissários se prepararem para apresentar o Programa a alguns Parlamentos nacionais nas próximas semanas. Referiu também que este ano a preparação do Programa de Trabalho da CE revelou a importância dos Parlamentos nacionais se envolverem na definição da Estratégia Política Anual, que precede aquele Programa, contribuindo para definir em que é que a CE deve concentrar os seus esforços políticos. Neste sentido, propôs que a Conferência de Presidentes das CAE, que se realiza em Julho, pudesse debater as prioridades que considerassem importante a tempo de ser incorporadas pela CE no discurso de Estado da União, de Setembro, e no Programa de Trabalho, que apresenta em Outubro. Sublinhou o amplo consenso criado com a interdependência e a solidariedade entre as instituições europeias e as instituições nacionais.

No tocante à crise económico-financeira, constatou que já se registava uma recuperação, mas ainda de forma lenta, salientando a difícil realidade social dos desempregados. Relativamente

¹ Discurso disponível em: <http://www.cosac.eu/en/meetings/Brussels2010/ordinary.pdf/>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

à política económica da UE, referiu a importante reforma do sistema financeiro, o pacote legislativo lançado pela CE sobre a governação económica e a Estratégia 2020 para um crescimento económico sustentável e inclusivo. Recordou a questão da dívida pública, que aumentara em cerca de 10%, e que o défice público triplicara num espaço de três anos. Referiu a criação do mecanismo de estabilização, de instrumentos de reforço da supervisão económica, capazes de detectar o mais cedo possível perdas de competitividade e outras fontes de desequilíbrios. Referiu também o Grupo de Missão criado pelo Presidente do Conselho Europeu, Van Rompuy, e a importância de se aplicarem, ao nível nacional, as suas recomendações. Realçou as reacções referentes ao procedimento quanto aos níveis excessivos da dívida e aos mecanismos de sanções e, por parte dos Parlamentos nacionais, as reacções relativamente à eventual interferência das instituições europeias nas suas prerrogativas orçamentais ao nível nacional. Considerou que o “semestre europeu para efeitos de coordenação política” se tratava de um instrumento crucial para consensualizar esforços nacionais e europeus, partilhar informações sobre situações fiscais, tendências macroeconómicas e grandes planos políticos em tempo útil, uma vez que uma decisão política num Estado-Membro já revelou ter um impacto directo nas economias de outros Estados. As referidas alterações, realçou, deverão enquadrar-se numa política de governação conjunta e sob a legitimidade democrática das várias instituições e das respectivas competências, com estreito envolvimento do PE e dos Parlamentos nacionais. Por outro lado, sugeriu que a Conferência dos Presidentes das CAE que se realiza em Fevereiro, na Presidência do primeiro semestre, pudesse pronunciar-se sobre o processo em curso no âmbito do “semestre europeu”. E, na sua reunião de Julho, os Parlamentos nacionais poderiam analisar e reagir às recomendações do Conselho para cada Estado-Membro.

Salientou que o futuro da UE se centraria em se desenvolver de forma inteligente, sustentável e inclusiva, através da implementação da Estratégia 2020. Apelou ao apoio dos parlamentares nacionais para promover, comunicar e implementar as reformas necessárias, assentes em novas fontes de crescimento, baseadas em inovação e sustentabilidade, com vista a transformar a Europa num actor mais ágil, flexível e resiliente. Destacou a importância da “Agenda digital” da CE, considerando tratar-se de uma mais-valia para fortalecer a competitividade da economia europeia, apoiando a banda larga rápida e acessível em larga escala, novos modelos de negócio, design e marketing criativo dos produtos europeus, etc. Outras iniciativas europeias, referiu, têm procurado estimular a criação de emprego, a política industrial e o combate à pobreza e à exclusão. Realçou também as preocupações assinaladas por algumas Câmaras parlamentares sobre a proposta de directiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal (COM (2010) 379), que serão analisadas pela CE. Por fim, recordou a importância de aprofundar o mercado interno, assim como o relatório apresentado por Mário Monti, que identificou 50 lacunas do mercado interno e que serviu de base ao trabalho que resultou no “*single market act*” e o correspondente processo de consulta que seria lançado no dia 27 de Outubro. Apelou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ainda à participação dos Parlamentos na definição dos Programas de Reforma Nacionais (PNR), necessários à concretização da Estratégia 2020, considerando importante que estes sejam apresentados sobre a base de um consenso ao nível nacional. Este, considerou, poderia também ser um tema de debate conjunto em sede de uma das reuniões da COSAC, assim como, no decurso do diálogo político entre a CE e os Parlamentos nacionais ao longo do processo legislativo europeu. Concluiu, afirmando que a melhor forma de defender o interesse comum era agir ao nível nacional, regional e local e pensar ao nível europeu, em parceria com um trabalho conjunto interinstitucional.

Na sequência da intervenção a que acima se deu destaque, seguiu-se um momento de debate com a participação das delegações búlgara, lituana, polaca, húngara, italiana, britânica, finlandesa, portuguesa e do PE que, entre outras, questionaram da necessidade de legislação que criminalize crimes cometidos por governos de regimes totalitários e que proteja as vítimas destes crimes; referiram que os Comissários foram convidados a debater, nos Parlamentos nacionais, temas europeus de actualidade política; sublinharam a necessidade de promoção, na próxima presidência húngara, da política de coesão e de uma Europa dos cidadãos; suscitaram a questão da qualidade das respostas aos Pareceres dos Parlamentos nacionais e da necessidade de uma maior rapidez na tradução das propostas da CE nas línguas oficiais e de se traduzirem os documentos mais importantes; na mesma senda, foi feito um apelo no sentido de se respeitar o regime linguístico da UE no dossier das patentes; foi referida a importância da participação democrática dos Parlamentos nacionais no processo de tomada de decisão europeu; assim como a ideia de que, pelas informações decorrentes dos vários referendos, eleições e do eurobarómetro, a UE é cada vez menos popular, sendo alvo do descontentamento dos cidadãos; a necessidade de estabilidade e de cooperação ao nível económico e político entre os vários responsáveis políticos; a preocupação em relação aos milhões de desempregados e à necessidade de amplificar a luta contra a pobreza; o facto da dívida pública ter atingido níveis históricos; a questão dos fluxos migratórios menos controlados; e, por fim, as questões ambientais do mar báltico e a conseqüente preocupante situação ecológica, que ameaça o desenvolvimento da agricultura na região.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS) cumprimentou a Comissão Europeia pelo diálogo político que desenvolve com os Parlamentos nacionais e valorizou a presença do Presidente da CE nesta assembleia de parlamentares. Perguntou se o Presidente da CE não considerava preocupante que a resposta à crise fosse identificada por muitos europeus sobretudo como uma escalada de sanções, questionando ainda da possibilidade de efeitos económicos perversos, para lá de efeitos danosos ao nível da confiança dos cidadãos nas instituições. Quis ainda saber se estariam previstos outros instrumentos financeiros de combate à crise,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

nomeadamente para enfrentar impactos nacionais assimétricos, e se não deveriam ser esses a ser valorizados perante os europeus.

O Senhor Presidente da CE respondeu às várias questões que lhe foram colocadas, esclarecendo que houve mais visitas de Comissários aos Paramentos nacionais nestes últimos cinco anos do que desde que a CE existe; no respeitante à questão da rapidez das traduções nas 23 línguas oficiais, informou que, desde 2007, a CE não tivera reforço de pessoal, pelo que os serviços da CE procedem às traduções no mais curto espaço de tempo possível e acrescentou que a UE terá de limitar o fardo que tem com as traduções, nomeadamente quando pretende ser competitivo com países como o Japão ou os EUA, que não enfrentam esta dificuldade logística; relativamente à questão da distância entre políticos e os cidadãos, referiu existir mais confiança nas instituições europeias do que nos governos e nos Paramentos nacionais; informou que a Comissão Europeia estava agora a concentrar-se em implementar as suas próprias propostas; referiu a necessidade imperiosa de respeitar o Tratado de Lisboa e que, quanto aos poderes atribuídos ao PE, estes deviam ser os que aí constavam, nem mais, nem menos, e fez a apologia de uma parceria especial com o PE, dentro das regras do Tratado, de cujo guardião é a CE, que, por sua vez, é responsável perante o PE, que é directamente eleito; regozijou-se pelo facto da CE ter criado e desenvolvido canais informais de informação e de comunicação com os Paramentos nacionais, ainda antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

O Senhor Deputado Pedro Duarte dirigiu também a seguinte questão: “Gostaria de cumprimentar calorosamente o Senhor Presidente Barroso, agradecendo as palavras que aqui deixou de incentivo à COSAC e ao papel dos Paramentos nacionais no processo europeu. De igual modo, gostaria de saudar a resposta, pronta e pro-activa, que sob a sua égide as instâncias comunitárias deram - e continuam a dar - à crise financeira, designadamente, com os novos mecanismos de regulação e governação económica. Senhor Presidente, sob a sua presidência, temos assistido, com satisfação, a uma aposta da UE nas questões ambientais, nas energias renováveis, no fundo, num desenvolvimento mais sustentável. Mas outros actores económicos à escala global não acompanham estas preocupações, preservando, em muitos casos, políticas claramente proteccionistas. Logo, neste contexto de resposta à crise económica, pergunto se não assistiremos - e como poderemos lidar - com uma crescente pressão dos cidadãos e dos agentes económicos europeus, no sentido de um certo retrocesso nos princípios do comércio livre, que lide de uma outra forma com a concorrência, que muitos consideram desleal, de outros blocos emergentes que estão em franca expansão económica?”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Ponto 4 – Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy

Deu-se início ao ponto seguinte da agenda, com a intervenção do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, intitulada “partilhando a responsabilidade pelas decisões europeias”². Regozijou-se pelo facto de participar, pela primeira vez, na COSAC, destacando o seu papel nas vésperas do primeiro aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que considerou como uma evolução e não como uma revolução, uma vez que o seu principal objectivo era fazer a UE trabalhar de forma mais eficaz e democrática. Dissertou, neste contexto, acerca do contributo do papel de um Presidente do Conselho Europeu a tempo inteiro, eleito pelos representantes dos governos no Conselho (que respondem perante os Parlamentos nacionais), por um período de dois anos e meio. Assim, o Presidente do Conselho Europeu, em conjunto com o Presidente da CE e o Colégio formado pelos 27 membros do Conselho, estabelece as prioridades estratégicas da acção da UE. Por seu lado, recordou, o Presidente da CE tem o direito de iniciativa por excelência, nomeadamente de medidas legislativas, e é eleito pelo PE, a quem responde directamente, ao contrário do Presidente do Conselho Europeu. Considerou, assim, que a principal virtude do Tratado de Lisboa reside nas alterações que introduziu melhorias na participação democrática da vida política da União, através do incremento dos poderes do PE e do reforço do papel dos Parlamentos nacionais. Afirmou que a UE precisava de todos os Parlamentos que tinha, do PE e dos Parlamentos nacionais, independentemente da diversidade das formas de representatividade que assumem e citou os dois primeiros parágrafos do art.º 10.º do Tratado: “1. O funcionamento da União baseia-se na democracia representativa. 2. Os cidadãos estão directamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu. Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respectivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respectivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respectivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos”. Sublinhou a dupla legitimidade em que a União assenta e considerou que só se terá uma Europa mais democrática se todos os responsáveis políticos incorporarem as preocupações dos cidadãos que representam e participem nas decisões que contribuem para dar resposta àquelas preocupações. Salientou também o facto de, com o Tratado de Lisboa, praticamente toda a legislação europeia precisar do aval positivo do Conselho e do PE, tornando, assim, as decisões mais participadas e, logo, mais democráticas. No que respeita aos Parlamentos nacionais, enunciou alguns dos processos em que passaram a estar envolvidos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, como sejam os processos de revisão dos Tratados, de adesão de um novo Estado-Membro, para além de garantir que nenhum processo legislativo seja inscrito na agenda para debate no Conselho antes que o período das 8 semanas reservadas ao escrutínio parlamentar das iniciativas europeias se tenha esgotado, nomeadamente para aferir

² Discurso disponível em: <http://www.cosac.eu/en/meetings/Brussels2010/ordinary.pdf>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

da observância do princípio da subsidiariedade (“cartão amarelo” e “cartão laranja”). Constatou que as instituições europeias estavam inevitavelmente mais distantes dos cidadãos do que as instituições nacionais ou locais, considerando que a União só deveria agir se tal trouxesse mais vantagens do que traria uma decisão tomada por cada um dos Estados-Membros. Recordou que cada iniciativa legislativa tem de ser aprovada, por maioria ou mesmo por unanimidade, dos membros do Conselho, que respondem perante os respectivos Parlamentos nacionais e considerou que o período das 8 semanas poderia também ser usado pelos Parlamentos nacionais para participarem na formação da posição nacional do seu Estado-Membro em sede de Conselho. Recordou o facto das instituições europeias estarem a receber cerca de 200 Pareceres dos Parlamentos nacionais por ano, facto que reforçava as relações com as instituições europeias, constituindo mais um elemento na tomada de decisão e partilhando responsabilidades nas decisões europeias, que passam a conhecer desde o início do processo. Apelou também para a necessidade de se reforçarem as relações entre os parlamentares nacionais e os europeus. Por fim, disse que apesar de muitas vezes vaticinarem o fim do tradicional método comunitário com o desenvolvimento do papel do Conselho Europeu, que representa uma visão mais intergovernamental da União, considerou que a principal função desta instituição era precisamente a de procurar reunir e consensualizar as diferentes partes de que a União é constituída, mesmo porque o Presidente da CE é também membro do Conselho Europeu e o Presidente do Conselho Europeu não representa nenhum Estado-Membro, devendo perseguir o interesse da UE, nomeadamente desenvolvendo um importante papel de coordenação entre os níveis de acção nacional e europeu, como tem sido o caso da política macroeconómica e de política externa, onde, recordou, 98% do orçamento é financiado pelos Estados-Membros e apenas 2% vem do orçamento da UE. Citou como exemplo do importante papel de coordenação do Conselho Europeu o caso do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Missão para a governação económica. Referiu-se ainda à repartição de competências entre as várias instituições da União e de que forma essa realidade impera sobre as suas decisões e a forma como se relacionam processualmente consoante se trate de matérias de política de concorrência/mercado interno, ambiente, protecção dos consumidores, onde é a Comissão Europeia que tem o poder de iniciativa, ou de questões de política externa, onde a iniciativa cabe ao Conselho. Um dos principais desafios, afirmou, centrava-se na busca do equilíbrio entre as medidas europeias de combate aos déficits fiscais e a liberdade dos Estados-Membros (governos em articulação com os respectivos Parlamentos) em fixarem os seus impostos e em decidirem em que é que os querem gastar. Evidenciou a situação *suis generis* do facto da responsabilidade pelas decisões de política monetária residirem na UE e da responsabilidade pelas questões orçamentais e pela definição das políticas económicas se manterem na competência dos Estados. Considerou que se procurou articular esta situação através das medidas propostas pelo Grupo de Missão que, nomeadamente, procuram assegurar que os Estados-Membros considerem o impacto que as suas decisões económicas e fiscais têm nos seus parceiros europeus e na estabilidade da EU. Assim como o fortalecimento da capacidade de reacção da UE sempre que as políticas dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Estados-Membros representem um risco para o resto da União, nomeadamente no concernente à revisão e às reformas decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), com sanções mais eficazes, e colocou uma maior ênfase nos níveis da dívida pública, e no alargamento do âmbito do acompanhamento dos desenvolvimentos económicos nacionais, desequilíbrios macroeconómicos, desenvolvimento da balança de pagamentos, etc., exemplificando que Espanha e Irlanda, antes da crise, cumpriam os critérios do PEC. Considerou que este sistema de vigilância consistia na maior inovação apresentada ao nível europeu desde que a crise deflagrou, e que funcionará como uma contrapartida macroeconómica ao foco orçamental impresso pelo PEC, tornando a UE menos permeável a situações de crise. Para além do mencionado, o Grupo de Missão propôs ainda uma série de mecanismos que poderão contribuir para uma maior coordenação entre os vários níveis de decisão política, consubstanciada na proposta do “semestre europeu”. Nesta sequência, referiu a realização da reunião do Conselho Europeu nos dias 28 e 29 de Outubro e afirmou que pretendia aferir do debate com os Chefes de Estado e de Governo da necessidade de se ter de trabalhar no sentido de se propor uma alteração ao Tratado de Lisboa. Considerou que o trabalho que tem vindo a ser realizado sob o PEC não tinha por objectivo transformá-lo num instrumento punitivo para os Estados-Membros ou rectificativo de erros cometidos no passado, mas que deverá ser contextualizado na situação de crise económica sem precedentes depois da Grande Depressão. Com o projecto de integração da UE evitou-se, com o mercado interno, o recurso ao proteccionismo e, com o euro, o recurso a desvalorizações de moeda por razões de competitividade. Por outro lado, reagiu-se com um estímulo fiscal para evitar o colapso das economias, apesar de alguns Estados-Membros não terem podido manter essa medida por muito tempo, devido ao desequilíbrio em matéria da dívida pública. Um dos objectivos das medidas tomadas foi exactamente evitar que tal pudesse suceder de novo e, por isso, salientou que as prioridades do trabalho que darão sequência às recomendações do Grupo de Missão focar-se-ão na reforma fiscal e no desenvolvimento da taxa de crescimento estrutural da Europa no contexto da Estratégia 2020. Para atingir esses objectivos, recordou, serão necessárias acções ao nível europeu e ao nível nacional, sobretudo no respeitante à política de educação, à inclusão social e à aposta na investigação e desenvolvimento, apelando à cooperação interinstitucional entre os vários níveis de governação, tendo em vista um fim comum: o bem-estar dos cidadãos.

Esta intervenção suscitou os comentários das delegações britânica, portuguesa, PE, italiana, espanhola, macedónia, polaca, francesa, búlgara, irlandesa, holandesa, finlandesa, turca e eslovaca. Foi expressa a preocupação quanto ao método do Grupo de Missão; assim como foi considerado que o referido Grupo tinha sido bem sucedido e, portanto, se tal experiência não poderia ser usada para outras questões; foi feito o elogio à capacidade de coordenação e de impulso do Conselho Europeu; foi manifestada preocupação quanto à declaração franco-alemã de Deuille sobre as sanções (políticas) que foram propostas aplicar aos Estados-Membros,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

tendo sido foi questionada a continuação do trabalho do Grupo de Missão na sequência dessa declaração; foi colocada a questão do futuro da cooperação da UE com a Rússia; assim como da aplicabilidade da Estratégia 2020 no contexto de crise económica; foi referida a necessidade de se restabelecer a confiança na moeda única e da estabilização macroeconómica decorrer no âmbito de um controlo mais eficaz; foi ainda questionado acerca dos progressos nos acordos com os PVD e os países ACP e no desenvolvimento de redes de comércio justo; e, por fim, foi referido o facto da agenda do próximo CE constar uma proposta de aumento de 6% do orçamento comunitário.

O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) interpelou o Senhor Presidente do Conselho Europeu, considerou que da União Económica e Monetária tinha resultado um desequilíbrio no pilar económico e que os últimos anos tinham exposto a gravidade desse desequilíbrio. Relativamente aos novos poderes de supervisão orçamental, referiu que os mesmos, não obstante significarem uma etapa necessária na edificação do pilar económico da UEM, limitam-se, objectivamente, a controlar o cumprimento dos critérios de Maastricht; ou seja, continua a não existir uma entidade com legitimidade e competência para aferir os efeitos das decisões orçamentais no quadro concreto das economias nacionais, tendo em conta o impacto assimétrico da união monetária; ou ainda, pró exemplo, para avaliar esse impacto no conjunto económico europeu, profundamente interdependente. Constatou que, na actual situação, se corria o risco de se verificar, com a perda do mecanismo cambial que ocorreu com a introdução da moeda única - com que os estados economicamente mais vulneráveis podiam corrigir o seu deficit de produtividade – um ciclo de endividamento e fraco crescimento corrigido ciclicamente através de violentos períodos depressivos. Para que se realize a necessária governação económica da Europa, partilhou com o Sr. Presidente do Conselho Europeu um conjunto de dúvidas: saber se seria razoável que o incumprimento da dívida pública e dos deficits excessivos fosse tratado numa perspectiva punitiva; saber se seria admissível rever os Tratados para incluir sanções limitativas dos direitos políticos dos Estados-Membros e se não seria preferível o reconhecimento realista das assimetrias existentes no conjunto e a necessidade de encontrar resposta para estes desequilíbrios.

O Senhor Deputado José de Bianchi (PS) quis saber se seria razoável presumir que o incumprimento dos critérios relativos às dívidas públicas e aos deficits orçamentais excessivos derivavam de acções negligentes ou dolosas dos Estados e não de dificuldades impostas por factos independentes da sua vontade. Continuou, questionando se seria legítimo sancionar, generalizadamente, o eventual incumprimento daqueles critérios. Em particular, quis saber se seria admissível que se previsse a revisão dos Tratados no sentido de se incluírem sanções limitativas dos direitos políticos dos Estados. Perguntou se não importaria subalternizar a lógica sancionatória e, pelo contrário, reforçar os mecanismos de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

coordenação financeira e cooperação económica. Nesse sentido, concluiu, perguntando se não deveria ser prioritário reforçar a capacidade orçamental da própria União Europeia.

Em resposta às questões colocadas pelas várias delegações, o Presidente Van Rompuy afirmou ser Presidente do Conselho Europeu, uma instituição responsável pelas orientações sobre a política a seguir pela UE e por impulsionar o processo de consubstanciar essas orientações em propostas concretas, mas não era responsável pela gestão quotidiana da UE. Informou que muitas das preocupações expressas ao longo do período de debate não constavam das agendas do Conselho Europeu, remetendo-as para a Comissão Europeia e para o Conselho, sublinhando que cada instituição desempenhava o seu papel. Considerou que a crise económica foi uma crise importada, que não foi criada na UE, mas que, apesar disso, tinha sido necessária uma acção europeia para o combate aos efeitos da crise. Revelou ainda considerar haver responsabilidades nacionais (dos governos e dos Parlamentos nacionais) no impacto que a crise tem tido. Referiu que o Grupo de Missão se tinha revelado uma fórmula original, criada no meio da crise (em Março de 2010) para fazer propostas no sentido de evitar que uma futura crise viesse a ter o impacto que esta teve. Considerou que o Grupo de Missão trabalhou depressa (apresentou o seu relatório em Outubro de 2010) e cooperou com as instituições que desempenharam um papel relevante na tomada de decisão, recordando que os Ministros das Finanças fizeram parte do Grupo, que, por sua vez, trabalharam sobre propostas da Comissão Europeia e as conclusões foram públicas. Realçou ter-se tratado de uma situação específica e afirmou ter respeitado o mais possível as regras de tomada de decisão previstas nos Tratados. Considerou que a criação do Grupo de Missão provou da flexibilidade da UE, referiu as reuniões realizadas apenas com os 16 Estados-Membros da zona euro, assim como as medidas adoptadas por todos os 27 Estados-Membros, uma vez que os efeitos são interconectados. Apelou à cooperação interinstitucional e afirmou ter tomado conhecimento da declaração franco-alemã, de Deuille, que se sucedeu à reunião do Grupo de Missão. Considerou ter conseguido um compromisso, que se apoia no Tratado, considerando que a declaração franco-alemã nada trazia de novo ao Tratado. Revelou que o trabalho não estava acabado, que importava prosseguir as reformas necessárias e aguardar pelas conclusões do Conselho Europeu de 28 e 29 de Outubro para a criação de um mecanismo permanente de crise. Mostrou-se expectante quanto ao impacto social deste tipo de governação mais estreita e salientou a importância do mecanismo de acompanhamento orçamental, recordando que em 2008/2009 os deficits foram aumentados para sustentar as economias, mas que foi acordado que depois se teria de regressar à disciplina orçamental e, neste âmbito, frisou que muitos Estados-Membros teriam de realizar cortes nos orçamentos e realizar a reforma das pensões e da legislação laboral, por forma a corrigir os excessos da primeira década deste século e, assim, proteger o futuro. Constatou que a zona euro dera estabilidade monetária à União Europeia e permitira que se saísse mais rapidamente da crise (bancária), ou seja, no espaço de um ano.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Por fim, afirmou que se deveriam tirar lições da crise, nomeadamente quanto ao paupérrimo orçamento europeu, que importaria repensar.

Ponto 5 – Debate e adopção do contributo e das conclusões da XLIV COSAC

O Senhor Deputado da Câmara dos Representantes belga, Herman De Croo, colocou à votação o contributo e as conclusões da COSAC.

Depois de um breve retomar do debate tido na véspera sobre o contributo da COSAC às instituições europeias, pela delegação holandesa e finlandesa, ambos os documentos foram aprovados (ver anexos 3 e 4).

Questões a ter especialmente em consideração pela Assembleia da República:

1. Na sequência do contributo da COSAC de Madrid, destaque-se que, no que diz respeito à questão da definição de projecto de acto legislativo - tema sobre o qual a CAE se tem debruçado -, o Contributo da COSAC de Bruxelas refere, no seu ponto 5.2, que *“Em relação à definição de “projecto de acto legislativo”, a COSAC recorda o Contributo da XLIII COSAC e convida o Conselho a reconsiderar a sua posição inicial»*;
2. O convite que é dirigido aos Parlamentos nacionais para reflectirem sobre o seu futuro papel em relação aos Planos de Reformas Nacionais (ponto 1.6. do Contributo);
3. A proposta sobre o escrutínio parlamentar da política externa e de segurança comum e da política de defesa e segurança comum, que defende o envolvimento de Deputados das comissões parlamentares dos negócios estrangeiros, da defesa e dos assuntos europeus (ponto 2 do Contributo);
4. O incentivo a um amplo debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia por parte dos Parlamentos nacionais e da própria COSAC (ponto 4 do Contributo);
5. A dificuldade do debate para consensualização e aprovação dos pontos 5.4 e 5.5 do Contributo, sobre o Acordo interinstitucional, sobretudo no que diz respeito à posição assumida pela delegação do parlamento finlandês, secundada pelos Parlamentos sueco e checo, entre outros, que pugnaram pela introdução destes dois pontos. Registe-se o desconforto, leia-se oposição, do PE nesta parte do debate que referiu que as ideias trocadas durante o debate poderiam vir a ganhar expressão ao nível político no contexto das relações entre o PE e os Parlamentos nacionais;
6. A importância dos Parlamentos nacionais participarem no processo de consulta e no processo legislativo referentes à Europol e à Eurojust;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

7. No que concerne as Conclusões da COSAC, destaca-se a importância atribuída à implementação do Tratado de Lisboa, ao escrutínio do princípio da subsidiariedade e ao debate do Programa de Trabalho da Comissão Europeia pelos Parlamentos nacionais. Assim como, a proposta de se utilizarem as novas tecnologias na cooperação interparlamentar, inclusivamente pela COSAC, convidando o IPEX a apresentar propostas específicas nesta área. Por fim, propôs-se iniciar um processo de revisão do Regulamento da COSAC, nomeadamente no sentido de se poder prever o envolvimento das comissões especializadas na própria COSAC.
8. Por fim, o Presidente da delegação do Parlamento Húngaro anunciou que a próxima Conferência de Presidentes das CAE dos Parlamentos nacionais e do PE se realizaria em Budapeste, nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2011 e que a XLV COSAC decorreria entre os dias 29 e 31 de Maio de 2011, para a qual a CAE/AR deverá nomear uma delegação.

Assembleia da República, 23 de Dezembro de 2010

Pl'a Delegação da Comissão de Assuntos Europeus à COSAC,

(Deputado Alberto Costa)

Lista de Anexos:

Anexo 1 – Agenda;

Anexo 2 – Lista de participantes;

Anexo 3 – Contributo da XLIV COSAC às instituições europeias;

Anexo 4 – Conclusões da XLIV COSAC.

Todos os documentos, os acima destacados assim como outros documentos que serviram de base à reunião, encontram-se disponíveis em:

<http://www.cosac.eu/en/meetings/Brussels2010/ordinary.pdf/>



BELGIAN FEDERAL PARLIAMENT



**Draft agenda for the XLIV COSAC
Brussels, 24-26 October 2010
Egmont Palace**

(as of 24/08/2010)

Sunday 24 October 2010

17.00 Meeting of the Presidential Troika
(House of Representatives, International Room)

19.00 Visit of the *Musée Magritte*

Dinner in the *Musée Magritte* at the invitation of the Speakers of the House of Representatives and the Senate

Monday 25 October 2010

(venue: Egmont Palace)

08.00 – 09.15 Political families' meetings

09.30 Opening of the XLIV COSAC

Welcome addresses

- Mr. André Flahaut, Speaker of the House of Representatives and Chair of the Federal Advisory Committee on European Affairs

- Mr. Danny Pieters, Speaker of the Senate

- Mr. Philippe Mahoux, Co-chair of the Federal Advisory Committee on European Affairs

Adoption of the agenda

Presentation of the 14th Bi-annual report

Decisions of the COSAC Troika Meeting

10.30 State of play of the Belgian EU Presidency
- X, Prime Minister

Debate

- 12.00 Family photo
- Luncheon at the invitation of the Chairpersons of the Federal Advisory Committee on European Affairs
- 14.00 1st theme of the bi-annual report: Sustainable development and the programme EU2020
Introduction by Prof. Dr. Jean-Pascal Van Ypersele, UCL (tbc)
- 2nd theme of the bi-annual report: Parliamentary control of the European security and defence policy
Introduction by Prof. Dr. Jan Wouters, KUL
- 3rd theme of the bi-annual report: The future role of COSAC after the entry into force of the Treaty of Lisbon
Introduction by Mr. Herman De Croo, MP (tbc)
- Debate
- 15.45 Coffee Break
- 16.00 Continuation of the debate concerning the themes of the biannual report
- 17.30 End of session
- Chairpersons' meeting concerning the contribution and conclusions of the XLIV COSAC
- 19.00 Visit of the *Musée des Beaux-Arts* (upon registration)
- Dinner in the *Musée des Beaux-Arts* at the invitation of the Speakers of the House of Representatives and the Senate

Tuesday 26 October 2010

(venue: Egmont Palace)

- 09.00 Mr. José Manuel Barroso, President of the European Commission
- Debate
- 10.00 Coffee break
- 10.15 Mr Herman Van Rompuy, President of the European Council
- Debate
- 12.00 Debate and adoption of the contribution and conclusions of the XLIV COSAC
- 13.00 Luncheon at the invitation of the Chairpersons of the Federal Advisory Committee on European Affairs



BELGISCH FEDERAAL PARLEMENT
PARLEMENT FÉDÉRAL DE BELGIQUE



XLIV COSAC

Brussel – Bruxelles

24 – 26/10/2010

List of Participants

Liste des participants

22.10.2010

AUSTRIA – AUTRICHE

Nationalrat / National Council / Conseil national

Fritz NEUGEBAUER - Chairman of the Standing Subcommittee on EU-Affairs of the National Council - Second President of the National Council

Andreas KARLSBÖCK - Member of the Standing Subcommittee on EU-Affairs of the National Council

Wolfgang PIRKLHUBER - Member of the Standing Subcommittee on EU-Affairs of the National Council

Ewald STADLER - Deputy Chairman of the Standing Subcommittee on EU-Affairs of the National Council

Bundesrat / Federal Council / Conseil fédéral

Georg KEUSCHNIGG - Chairman of the EU-Committee of the Federal Council

Albrecht KONECNY - Deputy Chairman of the EU-Committee of the Federal Council

Stefan SCHENNACH - Member of the Federal Council

Staff of both Chambers

Brigitte BRENNER - Head of the EU- and International Services

Gerhard KOLLER - Head of the European Relations Division

Katharina STOURZH - Chief of Cabinet of the Second President of the National Council

Georg MAGERL - Permanent Representative of the Austrian Parliament to the EU

BELGIUM – BELGIQUE

Chambre des représentants / House of Representatives

Andre FLAHAUT - Président de la Chambre des représentants

Herman DE CROO - Membre du Comité d’Avis fédéral chargé des Questions européennes - ancien Président de la Chambre des représentants

Patrick MORIAU - Membre du Comité d’Avis fédéral chargé des Questions européennes

Peter LUYKX - Membre du Comité d’Avis fédéral chargé des Questions européennes

Staff

Hugo D’HOLLANDER - Head of the European Affairs Department

Daniel LUCION - Premier Conseiller Affaires européennes

Roel JANSOONE - Conseiller Affaires européennes

Laurent POTTIER - Conseiller Affaires européennes

Sénat / Senate

Philippe MAHOUX - Président de la délégation du Sénat au Comité d' Avis fédéral chargé des Questions européennes

Frank BOGAERTS - Sénateur

Cécile THIBAUT -Sénateur

Staff

Tim DE BONDT - Secrétaire de la délégation

Julie HUBIN - Secrétaire du Comité d' Avis fédéral chargé des Questions européennes

BULGARIE – BULGARIA

National Assembly / Assemblée Nationale

Monika PANAYOTOVA - Chairperson of the Committee on European Affairs

Meglana PLUGTSCHIEVA - Deputy Chairperson of the Committee on European Affairs

Assen AGOV - Member of the Committee on European Affairs

Emil RADEV - Member of the Committee on European Affairs

Korman ISMAILOV - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Anna ASENOVA - Permanent Representative to the EP

CYPRUS – CHYPRE

Vouli ton Antiprosopon / House of Representatives / Chambre des représentants

Nicos CLEANTHOUS - Chairman of the Standing Committee on European Affairs

Aristos ARISTOTELOUS - Member of the Standing Committee on European Affairs

Demetris SYLLOURIS - Member of the Standing Committee on European Affairs

Tasos MITSOPOULOS - Member of the Standing Committee on European Affairs

Fidias SARIKAS - Member of the Standing Committee on European Affairs

Staff

Vassiliki ANASTASSIADOU - Director of the Parliamentary Committees' Service

Hara PARLA - International Relations Officer

Georgia LIPERI - European Affairs Officer

Christiana FRYDA - Permanent Representative to the EP

CZECH REPUBLIC – RÉPUBLIQUE TCHÈQUE

Senát / Senate / Sénate

Ludek SEFZIG - Chairman of the Committee on EU Affairs

Miroslav KREJCA - Vice-Chairman of the Committee on EU Affairs

Staff

Adela MIKOVA - Head of the EU Unit

Jiri GEORGIEV - Advisor of the Committee on EU Affairs

Vitezslava FRICOVA - Permanent Representative to the EP

Poslanecká sněmovna / Chamber of Deputies / Chambre des députés

Jan BAUER - Chairman of the Committee on European Affairs

Jaroslav LOBKOWICZ - Vice-Chairman of the Committee on European Affairs

Frantisek NOVOSAD - Vice-Chairman of the Committee on European Affairs

Josef SENFELD - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Lenka MOZGOVÁ - Head of the Secretariat of the Committee on European Affairs

Klara URBANOVÁ - Permanent Representative to the EP

DENMARK – DANEMARK

Folketinget / People's Assembly / Assemblée du Peuple

Anne-Marie MELDGAARD - Chairwoman of the European Affairs Committee

Staff

Peter JUUL LARSEN - Permanent Representative of the Danish Parliament to the EU

Thomas Søndergaard SARUP - Future Permanent Representative of the Danish Parliament to the EU

Morten KNUDSEN - Principal EU-Advisor

ESTONIA - ESTONIE

Riigikogu / Parliament / Parlement

Marko MIHKELSON - Chairman of the EU Affairs Committee

Staff

Olev AARMA - Counsellor of the EU Affairs Committee

Malle KUULER - Representative of the Estonian Parliament to the EP

FINLAND – FINLANDE

Eduskunta / Parliament / Parlement

Erkki TUOMIOJA - Chair of the Grand Committee

Eero AKAAN - PENTTILÄ- Vice-Chair of the Grand Committee

Antti KAIKKONEN - Vice-Chair of the Grand Committee

Matti KAUPPILA -Member of Parliament

Timo JUURIKALA - Member of Parliament

Sari PALM - Member of Parliament

Staff

Anna SORTO - Counsellor to the Grand Committee

Pia NIEMINEN - Permanent Representative of the Finnish Parliament to the EU

FRANCE - FRANCE

Sénat / Senate

Jean BIZET - Président de la commission des Affaires européennes

Simon SUTOUR - Vice-Président de la commission des Affaires européennes

Denis BADRE - Vice-Président de la commission des Affaires européennes

Staff

Jean LAPORTE - Directeur du service des Affaires européennes

Francois SICARD - Directeur-Adjoint du service des Affaires européennes

Jonathan PAPILLON - Administrateur au service des Affaires européennes

Assemblée Nationale / National Assembly

Pierre LEQUILLER - Président de la commission des Affaires européennes

Jérôme LAMBERT - Vice-Président de la commission des Affaires européennes

Michel HERBILLON - Vice-Président de la commission des Affaires européennes

Staff

Jean-Pierre BLOCH - Directeur Affaires Européennes

Guy CHAUVIN - Chef de Division Affaires européennes

Pierre BOSSE - Administrateur Affaires européennes

Frank BARON - Représentant Permanent auprès du PE

GERMANY - ALLEMAGNE

Bundestag / Federal Diet / Diète fédérale

Gunther KRICHBAUM - Chairman of the Committee on EU Affairs

Gabriele MOLITOR - Member of the Bundestag

Andrej HUNKO - Member of the Bundestag

Jerzy MONTAG - Member of the Bundestag

Staff

Heike BADDENHAUSEN - Parliamentary Official

Esther ULEER - Parliamentary Official

Carsten BUCHHOLZ - Observer

Vesna POPOVIC - Représentante du Bundestag allemand auprès du PE

Bundesrat / Federal Council / Conseil fédéral

Dr Angelika SCHWALL-DÜREN - Minister and Member of the Committee on EU Questions

Staff

Andreas VEIT - Deputy Head of the Secretariat of the Committee on EU Questions

Deniz ALKAN - Assistant to the Minister and Member of the Committee on EU Questions

GREECE - GRÈCE

Βουλή των Ελλήνων / Hellenic Parliament / Parlement hellénique

Rodoula ZISSI - Head of Delegation - Chairperson of the Committee on European Affairs

Lamrbros MICHOS - Member of the Committee on European Affairs

Maximos HARAKOPOULOS - Member of the Committee on European Affairs

Adamantia MANOLAKOU - Member of the Committee on European Affairs

Dimitrios PAPADIMOULIS - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Anastasia FRANGO - Official

Ioannis GOUNARIS - Official

Eleni VASILIKI ZERVOU - Representation Officer to the EU

HUNGARY - HONGRIE

National Assembly / Assemblée nationale

Richárd HÖRCSIK - Chairman of the Committee on European Affairs

Lajos MILE – Deputy Chairman of the Committee on European Affairs

Staff

László JUHÁSZ - Head of Secretariat of the Committee on European Affairs

Krisztián KOVÁCS - Head of EU Interparliamentary Unit

Zoltán SOMFAI - Head of Protocol Department

Zoltán MÁRKY - Head of Department Office for Foreign Relations

Judit GOTTSCHÁLL - Advisor of the Protocol Department Office for Foreign Relations

Angéla RAGÁNY - Advisor of the Committee on European Affairs

Angéla PRÉKOPA - Advisor of the EU Department

Dorottya STIFNER - Advisor of the EU Department

IRELAND - IRLANDE

House of the Oireachtas / Parliament / Parlement

Bernard DURKAN - Chairman of the Joint Committee on European Affairs

John PERRY - Chairman of the Joint Committee on European Scrutiny

Timmy DOOLEY - Vice-Chairman of the Joint Committee on European Affairs

John HANAFIN - Member of the Joint Committee on European Affairs

Paschal MOONEY - Senator

Michael KITT - Member of the Joint Committee on European Affairs

Staff

Ronan GARGAN - Advisor of the Joint Committee on European Affairs

Paula COWAN - Secretary of the Joint Committee on European Scrutiny

John HAMILTON - National Representative to the EU

ITALY - ITALIE

Senato / Senate / Sénat

Rossana BOLDI – Chairperson of the Committee on EU Policies

Francesca Maria MARINARO - Member of the Committee on EU Policies

Giacomo SANTINI - Member of the Committee on EU Policies

Staff

Giovanni BAIOCCHI - Head of the Office

Roberta D'ADDIO - Head of the Bureau for Relations with the EU

Davide CAPUANO - Official of the Bureau for Relations with the EU

Beatrice GIANANI - Permanent Representative to the EU

Camera dei Deputati / Chamber of Deputies / Chambre des députés

Enrico FARINORE - Vice-Chairman of the Committee on EU Policies

Nunziante CONSIGLIO - Member of the Committee on EU Policies

Nicola FORMICHELLA - Member of the Committee on EU Policies

Staff

Giampiero ZURLO - Assistant to Mr. Formichella

Gianfranco NERI - Official of the EU-Department

Livia MINERVINI - Advisor of the Committee on EU Policies

Antonio ESPOSITO - Official of the EU-Department

Sebastiano FIUME GARELLI - Representative of the Chamber to the EU

LATVIA - LETTONIE

Saeima / Diet / Diète

Vaira PAEGLE - Chairwomen of the Committee on European Affairs

Staff

Ilmārs SOLIMS - Senior Advisor of the Committee on European Affairs

Girts OSTROVSKIS - Advisor of the Committee on European Affairs

Simona MEGNE - Representative to the EU

LITHUANIA - LITUANIE

Seimas / Diet / Diète

Česlovas Vytautas STANKEVIČIUS - Chairman of the Committee on European Affairs

Vydas GEDVILAS - Deputy Chairman of the Committee on European Affairs

Vilija ALEKNAITĖ ABRAMIKIENĖ - Member of the Committee on European Affairs

Vytautas GAPŠYS - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Julijus GLEBOVAS - Advisor of the Committee on European Affairs

Živilė PAVILONYTĖ - Permanent Representative of the Seimas to the EU

LUXEMBURG - LUXEMBOURG

Chambre Des Députés / Chamber of Deputies

Fernand BODEN - Président de la délégation à la COSAC

Ben FAYOT - Membre de la délégation à la COSAC

Gaston GIBERYEN - Membre de la délégation à la COSAC

Félix BRAZ - Membre de la délégation à la COSAC

Eugene BERGER - Membre de la délégation à la COSAC

Staff

Isabelle BARRA - Secrétaire générale adjointe

MALTA - MALTE

Kamra tad-Deputati / House of Representatives / Chambre des représentants

Francis AGIUS - Member of the Standing Committee on Foreign and European Affairs

Luciano BUSUTTIL - Member of the Standing Committee on Foreign and European Affairs

Staff

Eleanor SCERRI - Research Analyst

THE NETHERLANDS – PAYS-BAS

Eerste Kamer / Senate / Sénat

Ankie BROEKERS-KNOL - Senator / Head of the Delegation

Sophie VAN BIJSTERVELD - Senator

Staff

David RIJKS - Policy Advisor

Tweede Kamer / House of Representatives

Harry VAN BOMMEL - Acting Chairman of the Committee on European Affairs

Han TEN BROEKE - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Jos KESTER - Staff Member

Peter VAN KESSEL - Staff Member

Eerste en Tweede Kamer / Senate and House of Representatives

Jan Nico VAN OVERBEEKE - Representative of the Dutch Parliament to the EU

POLAND - POLOGNE

Senat / Senate / Sénat

Edmund WITTBRODT - Chairman of the EU Affairs Committee

Maciej KLIMA - Deputy Chairman of the EU Affairs Committee

Staff

Lidia SPYRKO VEL SMIETANKO - Head of the EU Affairs Unit

Magdalena SLOK-WÓDKOWSKA - Adviser of the EU Affairs Committee

Magdalena SKULIMOWSKA - Permanent Representative of the Polish Senate to the EU

Sejm / Diet / Diète

Stanislaw RAKOCZY - Président de la commission des Affaires européennes

Andrzej GALAZEWSKI - Vice-présidente de la commission des Affaires européennes

Dariusz LIPINSKI - Vice-président de la commission des Affaires européennes

Tadeusz IWINSKI - Membre de la commission des Affaires européennes

Staff

Anna TRĘBACZKIEWICZ - Official

Kaja KRAWCZYK - Official

Bogdan JANOWSKI - Official

Adam DUDZIC - Official

Magdalena SKRZYNSKA - Representative of the Chancellery of the Sejm to the EU

PORTUGAL - PORTUGAL

Assembleia Da República / Assembly of the Republic / Assemblée de la République

Alberto COSTA - Member of the Committee on European Affairs - Head of the Delegation

Cecilia HONÓRIO - Member of the Committee on European Affairs

Pedro DUARTE - Member of the Committee on European Affairs

Vânia JESUS - Member of the Committee on European Affairs

Josè DE BIANCHI - Member of the Committee on European Affairs

Sérgio SOUSA PINTO - Member of the Committee on European Affairs

Staff

Maria Teresa PAULO - Advisor of the Committee on European Affairs

Bruno DIAS PINHEIRO - Permanent Representative to the EP

ROMANIA - ROUMANIE

Camera Deputatilor / Chamber of Deputies / Chambre des députés

Viorel HREBENCIUC - Chairman of the Committee on European Affairs

Staff

Andrei MOCEAROV - Staff, Director of the EU Law Directorate

Marina BRUCHER - Staff, Counsellor, Secretariat of the Committee on European Affairs

Alexandru Ion COITA - Permanent Representative to the EU

Senatul României / Senate / Sénat

Dán Coman SOVA - Vice-président de la Commission des Affaires européennes

Almos ALBERT - Membre de la Commission des Affaires européennes

Sorina-Luminita PLĂCINTĂ, Senator

Staff

Marian POPA - Conseiller à la Direction des Affaires européennes

SLOVAKIA - SLOVAQUIE

Národná Rada / National Council / Conseil National

Ivan STEFANEC - Chairman of the Committee on European Affairs

Peter OSUSKÝ – Member of the Committee on European Affairs

Jozef VISKUPIC – Member of the Committee on European Affairs

Staff

Katarina KOKAVCOVÁ - Secretary of the Committee on European Affairs

SLOVENIA – SLOVÉNIE

Državni zbor / National Assembly / Assemblée nationale

Darja LAVTIZAR BEBLER - Chairwoman of the Committee on EU Affairs

Jakob PRESEČNIK - Member of the Committee on EU Affairs

Josko GODEC - Member of the Committee on EU Affairs

Staff

Zvonko BERGANT – Secretary of the Committee on EU Affairs

Mojca KLEVA - Permanent Representative to the EP

Državni svet / National Council / Conseil national

Alojz KOVSCA - Member of the Commission on International Relations and European Affairs

Staff

Nusa ZUPANEC - Advisor

SPAIN - ESPAGNE

Congreso de los Diputados / Congress of Deputies / Congrès des Députés

Miguel ARIAS - Chairman of the Joint Committee for the European Union
Soledad BECERRIL - Member of the Joint Committee for the European Union
Juan MOSCOSO DEL PRADO - Member of the Joint Committee for the European Union
Alex SAEZ - Member of the Congress of Deputies – Observer

Senate / Sénat

Jordi CASAS - Senator
Joan SABATÉ - Senator
Iñaki ANASAGASTI – Senator

Staff

Manuel DELGADO-IRIBARREN - Legal Advisor
Carmen DOMINGUEZ - Staff

SWEDEN - SUÈDE

Riksdagen / Swedish Parliament / Parlement suédois

Carl B. HAMILTON - Chairman of the Committee on European Union Affairs
Marie GRANLUND - Deputy-Chairperson of the Committee on European Union Affairs
Gustav BLIX - Member of the Committee on European Union Affairs
Susanna HABY - Member of the Committee on European Union Affairs
Jonas SJÖSTEDT - Member of the Committee on European Union Affairs
Billy GUSTAFSSON - Member of the Committee on European Union Affairs

Staff

Margareta HJORTH - Head of Secretariat
Eva STERN DAL - Principal Administrative Officer
Karin NORDSTRÖM - Deputy Secretary
Pia TÖRSLEFF HERTZBERG - Deputy Secretary
Bengt OHLSON - Permanent Representative to the EU

UNITED KINGDOM – ROYAUME-UNI

House of Lords / Chambre des Lords

Lord John ROPER - Chairman of the EU Committee

Lord Patrick CARTER OF COLES - Member of the EU Committee

Baroness Detta O'CATHAIN - Member of the EU Committee

Staff

Andrew MAKOWER - Clerk of the EU Committee

Ed LOCK - Representative to the EU

House of Commons / Chambre des Communes

William CASH - Chairman of the European Scrutiny Committee

Kelvin HOPKINS - Member of the European Scrutiny Committee

Staff

Alistair DOHERTY - Clerk of the European Scrutiny Committee

Libby KURIEN - Representative to the EU

Graham ZIEGNER - Deputy Representative to the EU

EUROPEAN PARLIAMENT

Miguel Angel MARTÍNEZ MARTÍNEZ - Vice-President of the European Parliament

Carlo CASINI - Chairman of the Committee on Constitutional Affairs

Edward McMILLAN-SCOTT - Vice-President of the European Parliament

Pervenche BERÈS - Chairwoman of the Committee on Social Affairs

Morten MESSERSCHMIDT - Vice-Chairman of the Committee on Constitutional Affairs

Elmar BROK - Member of the Committee on Foreign Affairs

Staff

Christine VERGER - Director of the Directorate for Relations with National Parliaments

Krzysztof BERNACKI - Head of the Institutional Cooperation Unit, Directorate for Relations with National Parliaments

Claire PERETIE - Administrator of the Committee on Constitutional Affairs

Karen FREDSGAARD - Secretary General Office

Beatrice SCARASCIA-MUGNOZZA - Head of Service of the EPP Group

Maria ODILIA HENRIQUES - Administrator of the S&D Group for relations with National Parliaments

Wim VANDEN BROUCKE - Head of Unit of the ALDE Group

Thomas KRINGS - Deputy Secretary General of the ALDE Group

Pierre VAUGIER - Deputy Secretary General of the EFD Group

Andrea SPINOSO - Assistant to Chairman C. Casini

Rosalie BIESEMANS - Assistant to Vice-President of the European Parliament

Ana Maria FERNANDEZ PERLES - Adviser of the EPP Group

COSAC SECRETARIAT – SECRÉTARIAT

Loreta RAULINAITYTE - Permanent Member of the COSAC Secretariat

Marie-Aline STACANOV -Member

Carlos DEMEYERE - Member

Ignacio CARBAJAL - Member

Carmen SÁNCHEZ - ABARCA - Member

Katalin SZALÓKI - Member

Paolo MEUCCI - Member

CANDIDATE COUNTRIES – PAYS CANDIDATS

CROATIA – CROATIE

Hrvatski Sabor / Croatian Parliament / Parlement croate

Neven MIMICA - Deputy Speaker - Chairman of the European Integration Committee

Marija PEJCINOVIC BURIC - Member of the European Integration Committee

Tanja VRBAT - Member of the European Integration Committee

Staff

Vesna LONCARIC - Secretary of the European Integration Committee

TURKEY

Büyük Millet Meclisi / Grand National Assembly / Grande Assemblée nationale

Yusuf Ziya IRBEC - Vice-Chairman of the EU Harmonization Committee

Ibrahim KAVAZ - Member of the EU Harmonization Committee

Mithat MELEN - Member of the EU Harmonization Committee

Staff

Turker YENER - Staff Member of the EU Harmonization Committee

FYROM - ARYM

Parliament / Parlement

Petar POP-ARSOV - Chairman of the Committee on European Affairs
Staff

Stanislava CULIC - Assistant to the Committee on European Affairs

ICELAND - ISLANDE

Althingi / Parliament / Parlement

Árni Thór SIGURDSSON - Chairman of the Foreign Affairs Committee

Valgerdur BJARNADÓTTIR - Vice-Chairman of the Foreign Affairs
Committee

Sigmundur David GUNNLAUGSSON - Member of the Foreign Affairs
Committee

Staff

Stígur STEFÁNSSON - Secretary of the Foreign Affairs Committee

OTHER PARTICIPANTS / AUTRES PARTICIPANTS

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION / CONSEIL DE L'UNION EUROPÉENNE

Arpio SANTA CRUZ - Directrice Relations interinstitutionnelles

Sophia KYRIAKOPOULOU - Chef d'unité Secrétariat général

Giuliano CASTELLAN - Administrateur

EUROPEAN COMMISSION / COMMISSION EUROPÉENNE

Fernando FRUTUOSO DE MELO - Deputy Head of Cabinet

Panayotis ANASTOPOULOS - Directeur A.I. Secrétariat général

Carmen PREISING - Chef d'unité adjoint au Secrétariat général

Milan JARON - Desk Officer

**ASSEMBLY OF WESTERN EUROPEAN UNION /
ASSEMBLÉE DE L'UNION DE L'EUROPE OCCIDENTALE**

Robert WALTER - President of the European Security and Defence
Assembly

Piero FASSINO - Chairman of Political Committee of the European
Security and Defence Assembly

Staff

Floris de Gou - Deputy Secretary General

Philip WORRÉ - Head of Research Office

IPEX

Ditmer LESTERHUIS - Information Officer

SPEAKERS / ORATEURS

Herman VAN ROMPUY - President of the European Council / Président du
Conseil européen

José Manuel BARROSO - President of the European Commission / Président de
la Commission européenne

Yves LETERME - Prime Minister / Premier Ministre

Prof. ir. Bernard MAZIEN - Ghent University / Université de Gand

Prof. Dr. Jan WOUTERS - Catholic University of Leuven / Université
catholique de Louvain

CONTRIBUTION OF THE XLIV COSAC

Brussels, 24 – 26 October 2010

1. Sustainable development in the EUROPE 2020 Strategy

- 1.1. COSAC considers the EUROPE 2020 Strategy to be a well integrated and co-ordinated approach that must lead to smart, sustainable and inclusive growth, sufficiently taking into account both the economic and the scientific developments inside and outside the EU and its social and environmental consequences and respect for human rights.
- 1.2. COSAC's support for the EUROPE 2020 Strategy is not unconditional. Hence, the European Commission and the Council are invited, during the process of future legislation, to bear in mind the need to limit the number of targets, coordinate with other EU initiatives, ensure Europe's energy security and avoid productivity losses. The EUROPE 2020 Strategy must be taken into account in the reform process of the economic governance in Europe.
- 1.3. COSAC calls on national Parliaments and the European Parliament to take political ownership of the EUROPE 2020 Strategy by actively monitoring its implementation.
- 1.4. COSAC also calls on the European Commission, the Council and the European Parliament to enhance the integration of the challenges of the European Union Strategy for Sustainable Development into legislative proposals and other initiatives.
- 1.5. COSAC notices with satisfaction that national Parliaments consider that the decision-making process is sufficiently stringent and that the parliamentary oversight is sufficiently guaranteed. In this context, peer pressure is of particular importance.
- 1.6. Finally, in the framework of the follow up of the EUROPE 2020 Strategy, COSAC invites national Parliaments to reflect on their future role with regard to National Reform Plans.

2. Parliamentary scrutiny of the common foreign and security policy and the common security and defence policy (henceforth "CFSP" and "CSDP")

- 2.1. COSAC stresses the need for parliamentary scrutiny of both CFSP and CSDP.
 - (i) Parliamentary oversight of CFSP and CSDP should involve both national Parliaments and the European Parliament;
 - (ii) The mechanism of parliamentary oversight of CFSP and CSDP should represent value for money and should add value to the work that Parliaments already do in this area;
 - (iii) There should be no new institutions or bodies established;
 - (iv) Parliamentary oversight should involve Members specialising in foreign affairs, defence and European Union affairs.
- 2.2. As a result, COSAC wishes that the new mechanism for parliamentary oversight of the CSDP be put in place during 2011.

3. Economic governance in the European Union

- 3.1. While COSAC welcomes the recent proposals on economic governance and calls for a fast track implementation approach, COSAC stresses that the far-reaching impact of the proposals calls for careful scrutiny and underlines the necessity for a thorough decision-making process that will lead to a genuine political commitment at the national and EU level alike. The effectiveness of parliamentary scrutiny exercised by national Parliaments and the European Parliament must not in any circumstances be jeopardised.

4. The future role of COSAC

- 4.1. COSAC emphasises its monitoring role through the exchange of information and best practice and, in particular, through its possible Bi-annual Reports.
- 4.2. COSAC considers an extensive debate on the Work Programme of the European Commission as an essential and recurrent part of its agenda. Therefore, COSAC encourages the incoming Presidencies to include a debate on the Work Programme of the European Commission in the agenda of the ordinary meetings of COSAC. When fixing the date of these meetings, COSAC Presidencies are invited to take into account the timing of the publication of the European Commission's Work Programme.
- 4.3. As forum for exchange, COSAC is the appropriate body to debate specific European policies and issues. The discussions in COSAC have revealed a converging interest of national Parliaments and the European Parliament for that kind of debate.
- 4.4. COSAC encourages national Parliaments to play an active role in the smooth functioning of the European Union by using all the possibilities offered to them by the Treaty of Lisbon. In particular, COSAC encourages the Chambers of the EU Parliaments to:
- a) monitor the application of the principles of subsidiarity and proportionality according to the procedures outlined in Protocol 2 annexed to the Treaties;
 - b) continue the political dialogue with the European Commission not only limited to legislative proposals and going well beyond the issue of subsidiarity.

COSAC will take note of the results of these activities in order to share information and good practices between national Parliaments.

5. Cooperation with the European Union institutions

- 5.1. COSAC highly appreciates the participation for the first time of Mr. Herman Van Rompuy, the President of the European Council. It is convinced that its co-operation with the Council as well as with the European Council will continue to be as cordial as it is successful.
- 5.2. With reference to the definition of "draft legislative act", COSAC refers to the Contribution of the XLIII COSAC and invites the Council to reconsider its initial position.

- 5.3. COSAC is delighted to have heard the address of Mr. José Manuel Barroso, the President of the European Commission, and welcomes the ensuing debate on the challenges for the Union over the next year. COSAC hopes that this direct dialogue will become a regular feature on the agenda of COSAC so that national Parliaments and the European Parliament can have an open discussion with the European Commission.
- 5.4. COSAC stresses that the application of the framework agreement between the European Parliament and the European Commission must be subject to constant legal monitoring.
- 5.5. COSAC underlines that all institutions are to respect the institutional balance resulting from the letter and the spirit of the Treaties.
- 5.6. In the light of the forthcoming consultation documents and legislative proposals on Europol and Eurojust, COSAC underscores the utmost need for a broad and timely preliminary consultation with national Parliaments by the European Commission. COSAC requests the European Commission to simultaneously publish the legislative proposals on Europol and Eurojust.
- 5.7. COSAC invites a response to this Contribution from the European Commission, the Council Presidency and the European Parliament.

CONCLUSIONS OF THE XLIV COSAC

Brussels, 24 – 26 October 2010

1. COSAC considers it necessary to have regular debates on the implementation of the provisions of the Treaty of Lisbon related to the new powers of national Parliaments.
2. COSAC invites national Parliaments to develop a procedure to determine which EU draft legislative acts should be subject to subsidiarity checks. Referring to the annual Work Programme of the European Commission, the COSAC Presidency is asked to present proposals to have structured debates on this programme.
3. Bearing in mind the Conclusions of the Conference of the Speakers of European Union Parliaments on the use of new technologies in interparliamentary cooperation, COSAC reiterates the importance of using and optimising new technologies in the framework of COSAC and invites the IPEX Board and its Central Support to formulate specific proposals on this issue.
4. COSAC notes a number of proposals by national Parliaments to amend its Rules of Procedure and calls on the incoming Hungarian Presidency to open a debate with a view to formulating specific proposals.
5. Regarding the involvement of specialised committees in COSAC, COSAC refers to its Rules of Procedure, on one hand, and to national Parliaments' autonomous right to decide on the composition of their COSAC delegations, on the other. Hence, COSAC invites national Parliaments to table amendments on its Rules of Procedure.
6. COSAC welcomes the 14th Bi-annual Report prepared by the COSAC Secretariat which it warmly thanks for its excellent work. This report is an important source of information on the EUROPE 2020 Strategy, the parliamentary oversight of CFSP and CSDP and the future role of COSAC.